



DEPÓSITOS IRREGULARES DE LIXO EM ÁREAS INFORMAIS: A AÇÃO COLABORATIVA COMO TÁTICA PARA A QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO

AUTORES

CAROLINA HARTMANN GALEAZZI

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-1285-9045>

E-mail: galeazzi.carolina@gmail.com

VALDENISE BRANDÃO

ORCID <https://orcid.org/0000-0001-9460-3555>

E-mail: valdenisebrandao@gmail.com

NOTA DO EDITOR

Data Submissão: 06/10/2020

Data Aceite: 06/01/2021

RESUMO

A metrópole do Rio de Janeiro tem uma constituição de áreas formais e informais que apresentam alguns espaços abandonados, dada a sua configuração histórica urbana. Alguns desses espaços viram depósitos irregulares de lixo, como é o caso da rua Capitão Carlos, localizada entre uma área industrial em desuso e a Favela da Maré. Uma garri percebeu que a contínua varrição era insuficiente para implementar a limpeza definitiva do local, e, por meio do projeto “Jardins Sustentáveis”, mobilizou a comunidade para, juntos, atuarem na remoção dos depósitos irregulares de lixo. O objetivo deste artigo é apresentar a intervenção realizada na rua Capitão Carlos e discutir a importância de ações colaborativas e da participação dos usuários na qualificação dos espaços. A intervenção colaborativa incentivou a responsabilidade cidadã e teve como resultado a revitalização da rua, mostrando a relevância da participação dos moradores no processo de transformação. Foi aplicado um método de experimentação que agregou participação local e maior conexão entre os atores o que, a partir das ações informais, pode ser considerado alternativa visando o planejamento urbano da “participação verdadeira”.

PALAVRAS-CHAVE: Descarte irregular de lixo. Planejamento urbano. Participação. Informalidade.

ABSTRACT

The Rio de Janeiro metropolis is composed by formal and informal areas with some abandoned places, given its historical urban configuration. Some of these places have been receiving irregular waste disposal, such as the Capitão Carlos Street, located between an industrial area in disuse and the Favela da Maré. A group of street sweepers realized that the continuous sweeping of these points was not enough to implement definitive urban cleanliness, thus they started an unusual intervention process. Through the “Sustainable Gardens” project, the group mobilized the community to get together to remove the irregular waste disposal. The purpose of this article is to present the intervention carried out on the Capitão Carlos Street and discuss the importance of collaborative actions and user participation in projects that aim the qualification of the space. The collaborative intervention encouraged the citizen’s responsibility and presented as result the revitalization of the street, showing the importance of the local users’ participation in the transformation process. An experimentation method was applied that added local participation and greater connection between actors, which, based on informal actions, can be considered an alternative considering the urban planning of “true participation”.

KEYWORDS: Irregular waste disposal. Urban planning. Participation. Informality.

<http://dx.doi.org/10.11606/inss.2317-2762.posfau.2020.181845>

Pos FAUUSP, São Paulo, v. 28, n. 52, e168263, 2021.



INTRODUÇÃO

Na metrópole do Rio de Janeiro, misturam-se a cidade formal, aquela planejada, e a informal, construída às margens das medidas regulatórias do município e pelas “próprias mãos” de seus usuários, como resposta ao crescimento acelerado que acompanhou os processos de industrialização e de urbanização.

O Complexo da Maré nasceu nesse contexto. A ocupação daquele território se consolidou a partir da construção da atual Avenida Brasil onde se criou um cinturão industrial. As encostas e as áreas alagadiças existentes naquele trecho da Baía de Guanabara e a proximidade do centro e das indústrias tornaram-se condições favoráveis para o surgimento da favela (COELHO, 2007). Enquanto o cinturão industrial existente nas margens da Maré se deslocou para áreas ainda mais periféricas, gerando áreas subutilizadas ou ociosas, a favela continuou a crescer e conta, atualmente, com quase 140 mil habitantes (REDES DA MARÉ, 2019).

No Rio de Janeiro, a produção de lixo se ampliou concomitantemente ao crescimento demográfico. E, a partir da industrialização e do caráter consumista das sociedades contemporâneas, tornou-se um grave problema de contaminação do meio ambiente e de saúde pública. Apesar de haver, mais recentemente, regulamentação para a destinação adequada dos resíduos, ainda há depósitos de lixo irregulares por toda a cidade. Esses fazem parte da paisagem da maioria das metrópoles brasileiras e, em geral, estão localizados em áreas naturais e urbanas, formais e informais.

No que tange às áreas urbanas, os locais abandonados ou subutilizados são, geralmente, o primeiro destino dos detritos: terrenos baldios, calçadas muradas, espaços sob viadutos são alguns exemplos. Os descartes irregulares são potencializados pela forma urbana e, como consequência, alteram a dinâmica do entorno em que se encontram, desvalorizando essas áreas ainda mais e comprometendo a qualidade de vida, visto que constituem focos insalubres, mau cheirosos e fontes de doenças.

Na área que limita – ou une – a área industrial em desuso e o Complexo da Maré, ocorriam descartes irregulares diários. Uma ação colaborativa idealizada, inicialmente, por uma gari do grupo de varredores da rua onde os resíduos eram depositados, mudou a realidade daquele espaço. Essa mudança se deu a partir da concepção e implementação de um projeto que contou com o envolvimento de diferentes atores da comunidade: moradores locais, comerciantes, grupo de varredores. Por meio da gestão e da participação dos usuários, foram criadas soluções para eliminar o lixo daquela rua. As iniciativas implementadas contribuíram para a criação de um lugar mais acolhedor, de convivência e mais inclusivo.

Considerando a importância de dar maior visibilidade a esse projeto coletivo, apresentamos neste artigo a experiência “Jardins Sustentáveis” que eliminou depósitos de lixo irregulares na rua Capitão Carlos no Complexo da Maré, com o objetivo de destacar a participação dos usuários como qualidade da informalidade e a importância de sua integração no planejamento urbano.

Trazemos, primeiramente, o contexto urbano do Complexo da Maré e sua situação em relação à coleta de resíduos urbanos. Descrevemos, a seguir, a experiência “Jardins Sustentáveis” e, por fim, analisamos a importância do conhecimento local e da participação da população em intervenções transformadoras e qualificadoras do espaço onde vivem.

A CIDADE E O LIXO

A ocupação do Complexo da Maré teve início a partir da industrialização da região em que se encontra. Na década de 1940, a instalação de diferentes fábricas nessa área foi o principal fator que deu origem à favela em suas proximidades, por oferecer alternativas de trabalho. As indústrias, mais tarde, se deslocaram para lugares mais periféricos da cidade, deixando, na sua passagem, a forma urbana que caracteriza o tecido

urbano atual. A região possui, ainda hoje, uma rugosidade decorrente das atividades industriais de outra época, ao lado de um complexo de favelas de densidade e crescimento populacional intensos.

O território foi consolidado entre a década de 1940 e o início dos anos 2000, a partir da organização e iniciativa dos moradores e de programas habitacionais promovidos pelo poder público, possuindo, atualmente, 16 territórios (REDES DA MARÉ, 2019). Seus primeiros moradores se instalaram, inicialmente, no Morro do Timbau, com a construção de casas de ocupação espontânea e, logo após, na Baixa do Sapateiro, de habitações sobre palafitas, hoje território aterrado. De lá para cá, as diferentes favelas receberam infraestrutura em relação ao saneamento básico, à distribuição de

água e energia, mas não o suficiente para a crescente demanda. Hoje, o Complexo apresenta uma das áreas com maior densidade da cidade, com 393 hab/ha, enquanto a densidade do Rio de Janeiro é 110 hab/ha (PULICI *et al.*, 2016). Possui uma população de 139.073 habitantes, sendo 4,8% moradores do Morro do Timbau e 6,7% da Baixa do Sapateiro (REDES DA MARÉ, 2019), distribuídos espacialmente conforme mostra a Figura 1.

No Morro do Timbau e na Baixa do Sapateiro, territórios autoconstruídos, configuram-se “usos mistos, com espaços públicos vívidos e uma sociedade urbana vital” – características de cidade compacta, segundo as descrições de Neuman (2005). Outros territórios possuem caráter mais residenciais, sem perder a viva-

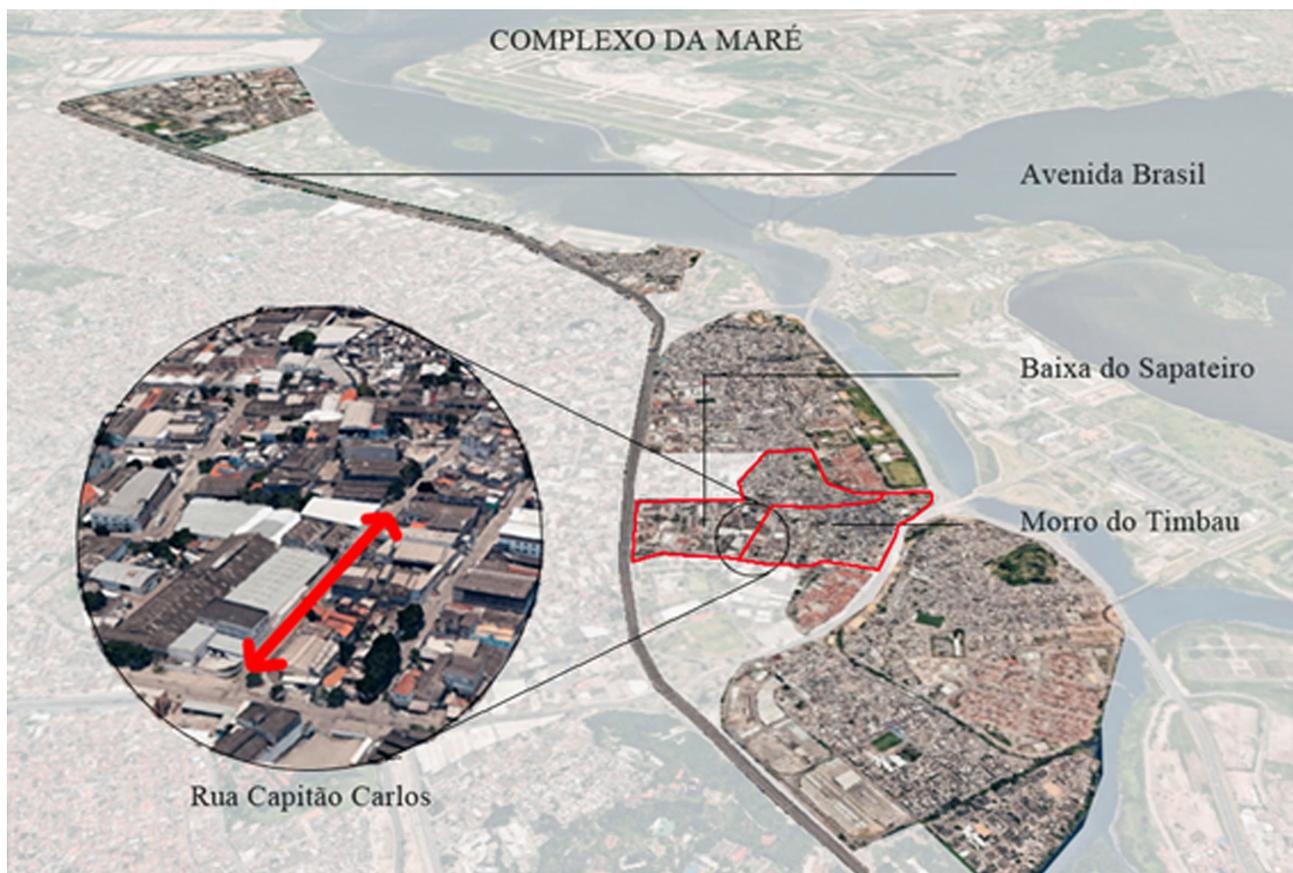


Figura 1: Distribuição espacial dos 16 territórios do Complexo da Maré, dando destaque aos limites do Morro do Timbau e da Baixa do Sapateiro, ampliando o trecho da Rua Capitão Carlos.

Fonte: Autoras, sobre imagem do Google Earth, acessado em 26/11/ 2020.

cidade, reflexo da alta densidade e uso da rua como circulação e lazer. Há, também, aqueles territórios que servem apenas de passagem, pode-se dizer decadentes, de vazios urbanos que podem ser encontrados não apenas na Maré, mas por toda a cidade.

A rua Capitão Carlos, localizada na divisa do Morro do Timbau e Baixa do Sapateiro, é uma rua, principalmente, de passagem. Na sua configuração urbana, a rua limita – ou une – uma área industrial em desuso com esse aglomerado de moradias e comércio de caráter informal, porém, consolidado. Nas empenas que delimitam o perfil da rua, de um lado, existem portas e janelas das moradias que resistem e formam “os olhos da rua”¹. Do outro lado, muros “cegos”² têm a função de dividir o espaço privado do espaço público. Essa configuração, por si só, limita a possibilidade de interação entre os moradores como a que ocorre no interior da favela, onde a rua não planejada é mais estreita e onde existem portas e janelas dos dois lados da rua. A existência de “muros cegos” possibilitou o descarte diário irregular de resíduos, influenciando negativamente na qualidade de vida dos usuários do local.

Em 2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), por meio da Lei nº 12.305, exigiu que municípios elaborassem planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos, implantassem coleta seletiva e compostagem e, principalmente, erradicassem a disposição final dos resíduos sólidos nos lixões a céu aberto, e que a disposição final dos rejeitos³ fosse ambientalmente adequada até o final de 2014. No entanto, até 2015, o lixão ainda era a disposição final para 50% dos municípios brasileiros (CNM, 2015).

Segundo documentos do Município, o Rio de Janeiro foi a primeira cidade a atender à Política Nacional de Resíduos Sólidos, com o fechamento do lixão de

Gramacho e a inauguração do Centro de Tratamento de Resíduos CTR-Rio, localizado em Seropédica, na Região Metropolitana. Esse Centro recebe, só do município do Rio, em torno de 10 mil toneladas de resíduos sólidos – incluídos nessa conta o lixo domiciliar e público, resíduos de construção civil, grandes geradores e remoção gratuita. Ainda, segundo a Prefeitura, paradoxalmente, a cidade foi citada como “exemplo nacional na gestão do lixo urbano”, considerando critérios como engajamento da população, sustentabilidade financeira, recuperação dos resíduos coletados e impacto ambiental (PREFEITURA DO RIO, 2019).

A coleta regular de lixo é um dos serviços essenciais a uma cidade e sua constância depende da demanda, geralmente maior onde há maior densidade populacional. Na Maré, aproximadamente 98% do lixo é coletado (71,5% é coletado na porta dos domicílios e 26,4% a partir de pontos de coleta, alternativa para os locais em que o caminhão de coleta não tem acesso). Há, porém, 3,9% da população que utiliza outras formas de descarte (REDES DA MARÉ, 2019). Os motivos que levam as pessoas a recorrer a descartes alternativos são, principalmente: a baixa frequência do serviço regular em relação à demanda, a falta de espaço na residência para armazenamento, o desconhecimento das ofertas do serviço de coleta (que pode ser agendado sem custo). Acrescenta-se, também, descartes de empresas ou carroceiros que prestam o serviço de coleta de resíduos em outras áreas da cidade e os despejam irregularmente, devido, principalmente, ao alto custo do descarte formal, no Aterro Sanitário de Seropédica. Esses fatores associam-se, ainda, à falta de civilidade, à ausência de espírito coletivo e de consciência ambiental por parte da população.

De acordo com Filho (2019), o descarte irregular de lixo é um problema crônico das cidades brasileiras.

¹ Jane Jacobs, em seu livro *Morte e Vida das Grandes Cidades*, de 1961, define as portas e janelas como “olhos da rua”, pois estão sempre atentos aos acontecimentos, tornando, assim, a rua segura.

² Muros cegos é como chamamos as paredes sem aberturas, nesse caso, não têm os olhos da rua.

³ Os rejeitos são os resíduos sólidos que não apresentam possibilidades de reciclagem, reutilização, recuperação ou de tratamento, tendo como destino a disposição final ambientalmente adequada.

Além do mau cheiro, de contaminar o solo e o ar, causa sérios riscos à saúde pública pois abre espaço para “procriação de insetos, ratos e animais peçonhentos”, “onde existem mais de 22 doenças associadas, como a dengue, tétano e hepatite A” (FILHO, 2019). Além disso, os resíduos despejados nas superfícies urbanas são levados pelas chuvas, podendo entupir as tubulações pluviais e causar alagamentos. Segundo Adriana Nolasco:

“[...] não há como enfrentar este problema sem a implementação de políticas públicas. Cabe aos municípios elaborar programas de ação, oferecendo serviços eficientes de coleta e destinação dos diferentes materiais assim como serviços complementares, como instalar ecopontos para o pequeno gerador em volumes de até 1 m³.” (FILHO, 2019).

A Maré é um dos poucos bairros no Rio de Janeiro que possui coleta dos resíduos diariamente, utilizando três caminhões e pequenos tratores que entram onde o caminhão não tem acesso. Porém, dada a densidade demográfica e construída, é difícil manter a eficiência sem a colaboração do cidadão. A existência de locais para o descarte não é suficiente, sendo assim, quem produz o lixo deve buscar meios para descartar os resíduos adequadamente. O principal obstáculo a essas práticas está na falta de cidadania e de responsabilidade dos geradores, ocasionado pela falta de educação formal, sem a conscientização do cidadão em relação ao coletivo (FILHO, 2019).

Nesse contexto, a intervenção aqui descrita, nomeada como “Jardins Sustentáveis”, foi criada para dar um outro destino ao espaço que recebe lixo ilegalmente. Tem a experimentação como tática que transforma espaços urbanos “vazios” ou “sem utilidade” em lugares ativos. Por meio da reciclagem de alguns materiais sem serventia, tirados da própria coleta, esses espaços de depósito de lixo irregular são transformados em áreas de interesse público, geralmente por meio da implementação de plantio de vegetação ou criação de mobiliário como brinquedos infantis, mesas e lixeiras, como será apresentado a seguir.

A AÇÃO COLABORATIVA INFORMAL

O projeto nasceu despreziosamente, pela iniciativa de uma garí contratada pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro (Comlurb) que atua no Complexo da Maré. Ela percebeu que, para se obter a eliminação de depósitos de lixo irregulares, precisaria haver ações de conscientização. Uma das ações do projeto Jardins Sustentáveis ocorreu no antigo ponto de lixo que deu lugar a uma praça infantil. Um espaço com potencial para agregar os moradores e as crianças de onde eram retiradas, utilizando pá mecânica e caminhão, 4 toneladas de lixo todos os dias, como pode ser visto na Figura 2. Os próprios garis limpavam o espaço e construíram brinquedos com elementos que eles reciclaram do lixo que ali existia. Outros brinquedos, como o escorregador e o balanço, foram recuperados de outras praças da cidade pela própria Comlurb. Como pode ser visto na Figura 3, não foi preciso grandes investimentos, visto que todo o material foi recuperado do “lixo”.

Outro exemplo do projeto Jardins Sustentáveis é a rua Capitão Carlos. Eram necessários três caminhões diários para retirar o lixo da rua, em torno de 12 toneladas por dia. Ao mesmo tempo, a rua e a calçada, apesar dos muros cegos, deveriam cumprir outra função urbana, diferente daquela que lhe foi imposta: seu usufruto pelas pessoas. É o local de passagem, mas também da parada e do encontro, da cadeira na calçada, da piscina de plástico, do churrasco do fim de semana, práticas comuns nas lajes e nas ruas do interior da favela. Deve ser, sobretudo, um lugar saudável para seus habitantes. E, por que não, um local para cultivo?

Quem varre a rua todas as semanas sabe que remover o entulho acumulado não tornaria a rua limpa, apenas abriria espaço para que o lixo se acumulasse novamente no dia seguinte. Quem vive naquele espaço com frequência tem noção de que a rua tem outro potencial, apesar de sua configuração “cega”. A vida na rua precisava ser reativada, aquele lugar necessi-



*Figura 2: Ponto de depósito de lixo anterior à intervenção.
Fonte: Julia Rossi, 2015.*



*Figura 3: Praça revitalizada, batizada como Praça da Paz.
Fonte: Julia Rossi, 2015.*

tava ser valorizado e, ao mesmo tempo, as pessoas deveriam ser “convencidas” a não depositarem mais o lixo ali, desqualificando o espaço urbano.

Nas figuras 4 e 5, pode-se ver a necessidade da remoção do lixo da rua Capitão Carlos e sua expansão ao longo da rua, o que incentivou a gari a transformar também aquele espaço. A colaboração de uma arquiteta garantiu que a implementação dos canteiros mantivesse passagem para garantir a acessibilidade universal da calçada. Com base em um croqui, os garis começaram a construção dos canteiros. A partir

dessa movimentação e da conversa com os moradores, a população local se uniu aos garis e um trabalho de mutirão tornou possível não apenas finalizar a construção dos quase 15 canteiros que a calçada larga possibilitava, com aproximadamente 150 metros de extensão, mas também combinar alternativas de atividades conjuntas e de revezamento entre os vizinhos para a sua manutenção.

A principal força motriz da intervenção foi a comunicação. A gari articulou a comunidade que abraçou a causa, o que resultou em torno de 10 pessoas par-



Figuras 4 e 5: Antes da intervenção: rua Capitão Carlos e a calçada onde havia o depósito de lixo.
Fonte: Comlurb, 2019.

ticipando ativamente do mutirão de construção dos canteiros, e outros moradores que apoiaram a iniciativa por meio de doações. Os materiais de construção foram doados pelo comerciante que utiliza um galpão na rua como depósito. As plantas – e o lanche – foram trazidas pelos moradores. Ou seja, uma intervenção simples e de baixo custo, de iniciativa de quem vivencia o espaço, em que a participação da população foi essencial. O que era depósito de lixo passou a ser um espaço de passagem e também de parada e de cultivo. Os moradores que acompanharam a execução se apropriaram novamente da calçada, da rua e

do canteiro onde hoje cultivam plantas ornamentais e comestíveis, como girassol, milho e feijão, como mostram as Figuras 6, 7 e 8.

Moradores relatam, satisfeitos, que o mau cheiro e os ratos atraídos pelo lixo acabaram. Do outro lado da rua, os moradores também se animaram a plantar nas suas calçadas e, de fato, percebe-se que o lugar não apenas está mais limpo, mas está sendo cuidado. Na medida do possível, as pessoas estão voltando a colocar as cadeiras na calçada. Os vizinhos voltaram a se encontrar e a se comunicar mais na rua, conforme



Figuras 6 e 7: Depois da intervenção: calçada e canteiros cheios de vegetação e cuidado.
Fonte: Autoras, 2020.

mostra a Figura 7. A rua está, aos poucos, retomando as suas funções urbanas e transformando-se em uma via mais acolhedora.

Segundo Zillmann (2000), a cidade informal é mais do que simplesmente uma resposta à falta de provisão de habitação pública, é um processo dinâmico na produção das cidades. Ela reflete conhecimento local, habilidades em produção e autorregulação que devem ser consideradas como base para o desenvolvimento de cidades em rápido crescimento. E, de fato, a ação colaborativa autorregulada proporcionou a valorização do espaço público.

A INFORMALIDADE COMO MODO DE AÇÃO

Segundo Jacobs (2011), usos únicos de grandes proporções nas cidades, como quadras muito largas muradas, criam fronteiras geralmente vistas como “passivas” ou “limites”, caracterizadas pela decadência. Certas fronteiras restringem o uso ao permitir a circulação apenas em um de seus lados, como os muros. Essas fronteiras, que também podem ser vistas como espaços residuais – os “*terrains vagues*” (SOLA-MORALES, 1995) – são consequência direta das mutações urbanas que os territórios metropolitanos vêm sofrendo ao passar de cidade industrial para pós-industrial (LEITE, 2012).



Figura 8: Moradores reunidos em torno de um dos canteiros.
Fonte: Autoras, 2020.

De acordo com Sola-Morales (1995), os espaços residuais e decadentes também são espaços potenciais, cheios de expectativa, mas também cheios de história. Estão à espera, não necessariamente de uma transformação radical, mas da possibilidade de continuidade “através da escuta atenta aos fluxos, das energias, dos ritmos que o passar do tempo e a perda dos limites têm estabelecido” (SOLÀ-MORALES, 1995). Jacobs (2011) afirma que:

“[...] as ruas das cidades servem a vários fins além de comportar veículos; e as calçadas servem a muitos fins além de abrigar pedestres. Esses usos são relacionados à circulação, mas não são sinônimos dela, e cada um é, em si, tão fundamental quanto a circulação para o funcionamento adequado das cidades.” (JACOBS, 2011, p. 29).

Grandes transformações urbanas, sejam estatais ou privadas, do estilo “de cima para baixo”, sem a participação de atores locais, podem originar mais espaços subutilizados na cidade pois não têm comprometimento com a escala local (JACOBS, 2011; ROSA, 2011).

Segundo Randolph (2008), os planejadores urbanos – os “de cima”, em geral – contribuíram para a consolidação de um Estado capitalista, baseado em uma “visão de direitos formais e de uma cidadania formal”. Segundo ROY (2005), o conceito “informal” foi criado pelo Estado e pelo planejamento moderno que excluía os cidadãos mais pobres da estética de modernidade, pois tais espaços devem ser “melhorados” e “integrados” à cidade “formal”, sendo as limitações da melhoria urbana equivalentes às limitações da ideologia do espaço.

Por isso, é necessário reorientar o planejamento conceitual e epistemologicamente para torná-lo apto a propiciar uma “verdadeira participação” e “participação verdadeira” aos cidadãos envolvidos nos processos de planejamento (RANDOLPH, 2008), para que se tornem inclusivos, gerando espaços democráticos voltados ao bem-estar dos usuários.

Qualquer intervenção no território, quando conta com a colaboração interdisciplinar e transversal e, principalmente, com a participação dos moradores, tende a

obter maiores resultados positivos para a coletividade. Essa colaboração/participação torna-se efetiva no planejamento quando ocorre desde o diagnóstico até sua avaliação pós-intervenção, o que é essencial para compreender e tornar visível o conhecimento que uma comunidade acumula sobre o seu próprio território. Além disso, a participação do cidadão nas questões urbanas significa envolvimento e corresponsabilidade no futuro do ambiente em que habitam (MUXI, 2011).

Dessa forma, as áreas classificadas como “*terrains vagues*” têm potencial para ações locais de apropriação a partir da experiência de quem vivencia o seu dia a dia. Comprometidas com a escala local por meio de experimentações, buscam “novas ferramentas capazes de lidar com realidades urbanas emergentes” (ROSA, 2011, p. 14). Uma maneira de atuar nos vazios urbanos é por meio do microplanejamento pela experimentação que, segundo Rosa (2011):

“[...] é uma forma vital de abordar a complexidade crescente das cidades, à procura de novos tipos de planejamento alternativo, capazes de absorver o que emerge e é gerado pelos meios urbanos. Providenciar espaços para isto – o lugar do encontro – demanda uma valorização da descoberta de qualidades do espaço, além de sua reinterpretação.” (LEITE, 2011, p. 14).

A cidade passa a ser “um laboratório e campo de experimentação” (LEITE, 2011, p. 14) onde é possível testar soluções reais para as problemáticas urbanas.

Práticas urbanas criativas são geralmente espontâneas e impulsionadas pela falta de espaços de coexistência com qualidade na escala humana. A reinterpretação dos espaços desperdiçados possibilita a reestruturação urbana comprometida com a escala local (ROSA, 2011, p. 14). O envolvimento da sociedade civil nos projetos e realizações urbanas geram novas conexões não hierárquicas e estratégicas. A possibilidade de incorporar métodos de baixo para cima no planejamento urbano pode ser considerada a inovação mais importante para a realização da “cidade inclusiva” (HEHL, 2011, p. 150).

Ainda, para que o planejamento possa ser apropriado por algum projeto político voltado para a emancipação dos cidadãos, ele deve agir como agente subversivo e se voltar para formações de uma “cidadania insurgente”. O planejamento deve romper com seu paradigma autocrático e sua racionalidade instrumental, assumindo um papel de “mediador” ou “tradutor” entre diferentes esferas de sociedades contemporâneas pluralistas – “entre o Estado e a comunidade, e o sistema-mundo”, a partir de uma perspectiva “proativa” dos especialistas e da vivência cotidiana dos grupos sociais (RANDOLPH, 2008). Os espaços cotidianos das práticas sociais e espaciais “podem dar origem a formas substantivas de exercício de cidadania, do aproveitamento de outras fontes de informação e de uma orientação nova para práticas de planejamento” (RANDOLPH, 2008, p. 2).

De acordo com Ananya Roy (2005), deve-se superar a simplificação dicotômica formal x informal e ver a informalidade como uma série de transações que conectam diferentes economias e espaços entre si. A informalidade é o estado de exceção determinado pelo soberano poder do aparato de planejamento. É possível usar estrategicamente o estado de exceção para estruturar políticas públicas. Pode ser vista como um “modo” ou “método” de urbanização da metrópole (ROY, 2005). Pode-se dizer que a participação efetiva nos diversos processos é uma característica essencial dessa metodologia de urbanização. Propõe-se, dessa forma, aprender a partir das ações informais e entendê-las como possibilidade de ação no planejamento urbano da “participação verdadeira”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática dos resíduos urbanos em uma metrópole é bastante complexa e sua solução não se resume à periodicidade e à qualidade do serviço de coleta. É necessário complementar com serviços alternativos, em que o cidadão se torna, também, responsável e assume sua parte na gestão e na qualidade da produção e descarte de lixo.

Os vazios urbanos, espaços sem utilidade vistos pelos olhos de quem deposita aquilo que foi rejeitado são,

quase sempre, vizinhos de alguém que não gostaria de ter tais depósitos no seu entorno, pois o desqualifica e o deteriora. A experiência do Projeto Jardins Sustentáveis mostrou que pequenas modificações na forma urbana podem gerar grandes transformações. Apesar de não ter resolvido o problema da destinação do resíduo, a modificação do espaço influenciou muitas pessoas que utilizam a rua a mudar os seus hábitos e a agir com mais consciência ambiental e cidadã. Essa transformação, talvez, não teria ocorrido se fosse imposta de cima pra baixo. Ela foi possível porque surgiu a partir dos usuários e do diálogo de seus diversos atores que, preocupados com a qualidade do espaço cotidiano, buscaram soluções alternativas e as implementaram coletivamente.

Para tanto, foi fundamental a ação colaborativa utilizada como tática tendo em vista a modificação do comportamento das pessoas, visando a um maior envolvimento da população na gestão da comunidade. Nesse sentido, a experiência se mostrou vitoriosa, evidenciando que é possível acabar com os depósitos irregulares de lixo urbano e ativar a vitalidade de um espaço subutilizado sem grandes obras que requerem altos investimentos. Constata-se, ainda, que intervenções pontuais colaborativas podem atuar como gatilho de apropriação da rua e do bem-estar urbano.

A colaboração entre usuários e técnicos é primordial para o sucesso da intervenção quando “sucesso” significa ter um processo participativo e inclusivo e o resultado responde às demandas locais. Além disso, as ações colaborativas são possibilidades de aproximação dos gestores públicos com a comunidade e têm um potencial diretivo quando se trata de planejamento urbano e metropolitano frente à complexidade das cidades. Não se trata, absolutamente, de uma alternativa que justifique a ausência do Estado nas transformações e investimentos em infraestrutura, mas um método de experimentação que agrega conhecimento e participação local e maior conexão entre os atores, e que poderia ser incorporado à gestão das cidades para torná-las mais saudáveis, inclusivas e humanas.

“Parte deste trabalho será apresentado no 27º Congresso de Arquitetos UIA2021RIO e será publicado em seus anais”.

BIBLIOGRAFIA

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). *Gestão Municipal de Resíduos Sólidos, Estudo Técnico*. Disponível em <http://www.lixoes.cnm.org.br/>. Acesso em 06/10/2020. 52 p.

COELHO, V. *Baía de Guanabara: uma história de agressão ambiental*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007. 278 p.

FILHO, L. Descarte irregular de resíduos é origem para diversos problemas. Além de refletir nível cultural, prática prejudica meio ambiente, saúde e até mesmo a economia. In: *Jornal da USP*, 04/10/2019. Disponível em <https://jornal.usp.br/atualidades/descarte-irregular-de-residuos-e-origem-para-diversos-problemas/> acessado em 20/02/2020.

HEHL, R. A convergência de micro e macroatores. Rumo a redes multiescalares para intervenções urbanas. In *Micro Planejamento: práticas urbanas criativas*. São Paulo: Editora da Cultura, 2011. 232 p.

IBGE. *Banco de Dados Agregados 2010. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA*. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 setembro de 2016.

JACOBS, J. *Morte e vida das grandes cidades*. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. 3ª edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. 532 p.

LEITE, C. *Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano*. Porto Alegre: Bookman, 2012. 278 p.

MUXÍ MARTÍNEZ, Z. *et al.* Qué aporta la perspectiva de género al urbanismo? *Feminismo/s* 17, pp. 105-129, 2011.

NEUMAN, M. The Compact City Fallacy. *Journal of Planning Education and Research* 25, pp. 11-26, 2005.

PREFEITURA RIO. *Rio de Janeiro se destaca na gestão do lixo e é melhor capital brasileira em Índice de Sustentabilidade Urbana*. Publicado em 23/08/2019, disponível em <http://www.prefeitura.rio/comlurb/rio-de-janeiro-se-destaca-na-gestao-do-lixo-e-e-melhor-capital-brasileira-no-indice-de-sustentabilidade-urbana-2019/> acessado em 06/10/2020.

PULICI, A. DE P, *et al.* *Diagnóstico para a Sustentabilidade do Desenvolvimento da Maré*. Rio de Janeiro: IPP, 2016 (Relatório). 145 p.

RANDOLPH, R. Do planejamento colaborativo ao planejamento “subversivo”: reflexões sobre limitações e potencialidades de Planos Diretores no Brasil.; Scripta Nova. In: *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona:

Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245.12 p.

RANDOLPH, R. A nova perspectiva do planejamento subversivo e suas (possíveis) implicações para a formação do planejador urbano e regional – o caso brasileiro. In: *X Colóquio Internacional de Geocrítica*. Barcelona: 2008. 15 p.

REDES DA MARÉ. *Censo Populacional da Maré*. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2019. 108 p.

RIO DE JANEIRO (2011). *Lei complementar nº 111 de 1º de fevereiro de 2011*. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, [2020]. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-rio-de-janeiro-rj> acessado 12/02/2020

ROSA, M.L. Práticas Urbanas Criativas. In *Micro Planejamento: práticas urbanas criativas*. São Paulo: Editora da Cultura, 2011, 229 p.

ROY, A. Urban Informality: Toward an epistemology of planning. In *Journal of the American Planning Association*, vol. 71, n. 02, 2005. 147-158 pp.

SOLÀ-MORALES, Ignasi. Terrain Vague (1995). Tradução: Igor Fracalossi. In: *Archdaily*, Março de 2012, disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/01-35561/terrain-vague-ignasi-de-sola-morales> acessado em 09/07/2018.

ZILLMANN, K. Rethinking the Compact City: Informal Urban Development in Caracas. In Jenks, M. and Burgess, R. *Compact Cities: Sustainable Urban Forms for Developing Countries*, Londres: E & F N Spon, 2000, pp. 37-52.

NOTA DO AUTOR

Autorizações imagens, anexo.

Dados do financiamento da pesquisa

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 “This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001”